

Sobre blackouts, treinamentos e outras transformações no cotidiano de Aracaju durante a II Guerra

Dilton C. S. Maynard¹

Letícia Conceição Silva²

Resumo: O artigo analisa um dos mais sensíveis efeitos no cotidiano de Aracaju decorrentes da série de ataques a navios mercantes brasileiros, ocorrida em agosto de 1942, nas águas da Bahia e de Sergipe: a instituição dos blackouts programados, medida resultante da necessidade de evitar maior exposição da cidade a possíveis ataques aéreos e à sinalização para embarcações eixistas. Tal medida foi acompanhada da instituição de treinamentos de defesa passiva antiaérea, com simulações, avisos e uma série de orientações à população. Foram examinados os periódicos sergipanos *Correio de Aracaju*, *O Nordeste*, *Folha da Manhã* e o *Diário Oficial* do Estado de Sergipe. O estudo destaca o processo de organização dos blackouts programados, a instituição dos treinamentos de defesa passiva antiaérea e os desdobramentos dessas transformações no cotidiano de Aracaju.

Palavras-chave: Segunda Guerra, Cotidiano, Blackouts, Defesa Antiaérea, Aracaju

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Bolsista Produtividade CNPq. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente. Coordena o projeto Segunda Guerra Mundial no Nordeste Brasileiro: cotidiano e transformação social, apoiado pelo Edital FAPITEC/SE/FUNTEC nº 01/2024 Universal e CNPq/MCTI nº 10/2023 – Universal. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9780-0260>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/796682501141434> 1 E-mail: dilton@getempo.org

² Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista PIBIC/CNPq. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente. Integra a equipe do projeto Segunda Guerra Mundial no Nordeste Brasileiro: cotidiano e transformação social, apoiado pelo Edital FAPITEC/SE/FUNTEC nº 01/2024 Universal e CNPq/MCTI nº 10/2023 – Universal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8736295414043512>. E-mail: leticia@getempo.org

Sobre blackouts, treinamentos e outras transformações no cotidiano de Aracaju
durante a II Guerra
MAYNARD, D. C. C.
SILVA, L. C.

Blackouts, Training, and Other Transformations in the Daily Life of Aracaju During World War II

Abstract: This article examines one of the most significant impacts on daily life in Aracaju, the capital of Sergipe in Northeastern Brazil, resulting from the series of attacks on Brazilian merchant ships in August 1942, off the coasts of Bahia and Sergipe: the imposition of scheduled blackouts. These measures sought to minimize the city's exposure to potential air raids and prevent signaling to Axis vessels. The blackouts were accompanied by passive air defense training, which included simulations, alerts, and a wide range of instructions to the civilian population. The research is based on periodicals from Sergipe, including *Correio de Aracaju*, *O Nordeste*, *Folha da Manhã*, and the *Diário Oficial* of the State of Sergipe. By analyzing the organization of the blackouts and the implementation of passive air defense training, the study underscores the broader consequences of wartime measures for the everyday life of Aracaju.

Keywords: World War II, Daily Life, Blackouts, Air Defense, Aracaju.

Introdução

Este artigo apresenta alguns resultados referentes ao projeto de Pesquisa *Transformações no cotidiano de Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial*ⁱ, que se dedica a analisar as mudanças ocorridas no dia a dia da capital sergipana após os torpedeamentos dos navios mercantes Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará pelo submarino alemão U-507 nas costas de Sergipe e Bahia, em agosto de 1942, evento que marcou a entrada do Brasil no conflito mundial.

O ataque submarino, realizado tão próximo à terra firme, foi um choque para a população sergipana, que abruptamente assistiu a corpos e destroços chegando às praias da região. Dentre tripulantes e passageiros, inclusive crianças, mais de 650 pessoas foram mortas pela investida nazista.ⁱⁱ Como desdobramento dos naufrágios, a guerra se fez mais presente no cotidiano dos aracajuanos. Além do encarecimento de bens de primeira necessidade, desdobramento do conflito que já vinha sendo sentido antes dos ataques, a implantação de blackouts programados e os exercícios de alerta aéreo passaram a compor a rotina da capital enquanto medidas de defesa passiva no cenário bélico.

A partir disso, uma das preocupações da nossa pesquisa é estudar os efeitos dos *blackouts*, ações de escurecimento proposital, realizadas com o apagamento das luzes no cotidiano noturno dos aracajuanos, consideradas necessárias para evitar que a cidade fosse visualizada por aviões e embarcações do Eixo. Além disso, investigamos as práticas noturnas da população e como elas foram afetadas pelo contexto de guerra. A partir da perspectiva de Robert Darnton, buscamos compreender, através dos periódicos, como as pessoas percebiam as alterações em seu cotidiano, “como a vida comum exigia uma estratégia” (1988, p. 14). Como fontes, foram analisados os jornais *Folha da Manhã*, *Correio de Aracaju* e *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, publicações de maior circulação à época, bem como *O Nordeste*, no período de 1942 a 1945.

Nos jornais, buscamos examinar as notícias sobre os torpedeamentos e a reação popular, bem como as orientações do governo para os *blackouts* e treinamentos de alerta aéreo, além das notas policiais, propagandas e queixas sobre as atividades desenvolvidas nas noites da capital. Entenderemos esses textos como perspectivas parciais, produzidos a partir de interesses subjetivos e inseridos num contexto histórico, que exigem análise crítica do historiador e não “como mero receptáculos de informações a serem selecionadas”.ⁱⁱⁱ

A análise do *Correio de Aracaju* e do *Folha da Manhã* permitiu identificar como a agressão aconteceu, os horários dos torpedeamentos e os perfis das vítimas, além das dificuldades impostas aos sobreviventes e a reação da população diante dos ataques inesperados. Por outro lado, o exame do *O Nordeste* possibilitou observar a indignação e revolta contra o Eixo e as manifestações favoráveis à entrada do Brasil na guerra. Ademais, a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP também pôde ser percebida nos periódicos, bem como a aversão aos estrangeiros.

Através das orientações para os *blackouts* e treinamentos de alerta, veiculadas em sua maioria no *Diário Oficial do Estado de Sergipe* e no *Correio de Aracaju*, foi possível observar como a guerra transformou diretamente o cotidiano da população, que passou a lidar com regras de circulação e horários para acender as luzes. Esses materiais também permitiram examinar o comportamento do povo diante dessas normas, que não foram aceitas passivamente. O conjunto de registros também tornou possível a análise das práticas de sociabilidade nas noites da capital.

SOBRE A METODOLOGIA

Para a coleta de fontes, realizamos o levantamento de fontes no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUFs), que disponibiliza edições

digitalizadas dos periódicos do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nesse repositório virtual foram acessados os seguintes jornais e nos respectivos períodos: *Correio de Aracaju*, 1943, 1944 e 1945; *Folha da Manhã*, 1942, 1943 e 1944; *O Nordeste*, segundo semestre de 1942.

No acervo físico da Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória, foram examinadas edições do *Correio de Aracaju* nos períodos entre maio e junho de 1942 e setembro e dezembro do mesmo ano. Os meses de julho e agosto se encontravam digitalizados e já constantes no acervo do próprio GET/UFS. Na Hemeroteca do Arquivo Público do Estado de Sergipe, foram coletadas notícias do *Diário Oficial do Estado de Sergipe* referentes ao segundo semestre de 1942 e ao ano de 1943.

Como observa Tânia Regina de Luca^{iv}, o historiador deve analisar os aspectos físicos da notícia, sua localização no periódico, a organização das páginas, bem como o tempo e espaço em que o jornal está inserido, seu contexto histórico e social. Ao historicizar esse material, é preciso conhecer as intenções dos proprietários e editores, uma vez que a escolha do conteúdo e da forma das publicações perpassam por esses interesses subjetivos.

Assim sendo, tendo em vista que os periódicos analisados neste trabalho tiveram origem no Estado Novo (1937-1945), procuramos levar em consideração a censura exercida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ainda segundo Luca (2005), os jornais permitem estudos sobre os aspectos culturais de um tempo, atuando como difusor de propaganda política dos regimes autoritários ou como espaço de contestação. A partir disso, é preciso compreender o posicionamento do corpo editorial na observação dessas fontes.

Considerando o interesse da pesquisa pelas ações cotidianas da população comum, esses registros foram analisados através da “exegese” proposta por Darnton^v, procurando a percepção dessas práticas para os aracajuanos da

década de 1940, observando o texto em sua relação com o contexto e o “significado inscrito pelos contemporâneos no que quer que sobreviva de sua visão de mundo”.^{vi}

No intuito de ler as perspectivas das pessoas comuns através dos periódicos, é preciso interpretar os silenciamentos e as entrelinhas desses materiais, submetendo-os à crítica externa e interna. Nesse sentido, cabe aos historiadores buscar os testemunhos involuntários, aquilo que o documento não tinha intenção de revelar, por meio da observação ativa e ao questionamento da fonte, bem como o contexto de sua produção.^{vii} Assim, buscamos analisar os jornais não como documentos objetivos e imparciais, mas enquanto vestígios marcados por intencionalidades, lentes que, se questionadas pelos pesquisadores, permitem observar o dia a dia da população aracajuana durante a guerra.

Os blackouts programados

Tendo em vista o medo de ataques do Eixo, os blackouts foram um dos meios de proteção adotados no país, não sendo uma exclusividade de Aracaju. Exercícios semelhantes já vinham sendo implantados em outras capitais nordestinas, como em Natal, onde desde maio de 1942 a medida estava em vigência na cidade que abrigava uma base aérea aliada, conforme explica Cordeiro (2021). Assim como a capital potiguar, Fortaleza adotou o *blackout* em julho do mesmo ano^{viii}, indicando a importância do Nordeste nas disputas do Atlântico antes mesmo da declaração oficial de guerra do Brasil. Isso se devia à posição estratégica em relação à costa africana dominada pelos alemães, em especial Dakar, configurando o chamado Saliente Nordestino como um ponto crucial de defesa da América e de abastecimento dos Aliados.^{ix}

Diante da posição nordestina na guerra e do medo causado pelos torpedeamentos, o *blackout* teve início em Aracaju ainda em 27 de agosto de 1942,^x

poucos dias após os ataques submarinos. Com o apagamento total ou parcial das luzes, o intuito era evitar que a cidade fosse vista por inimigos tanto do ar quanto do oceano. A iluminação pública era reduzida e a residencial não podia ser percebida de fora ou devia ser totalmente extinta, impondo uma nova realidade aos aracajuanos, que passaram a perceber os efeitos do conflito em mais um elemento do seu cotidiano. No dia 25, o *Diário Oficial* veiculou as instruções do Ministério da Guerra:

O escurecimento normal é fazer com que as luzes das casas não sejam vistas de fora, por qualquer fresta que seja, devendo-se para isso pintar as vidraças de preto, usar cortinas escuras, papelão, papel, etc. Nas ruas os postes de luz são reduzidos ao mínimo, com vidro opaco. O escurecimento de alarme é total. A cidade fica completamente às escuras. Durante o black-out escolher um lugar para que todos de sua casa fiquem juntos. Na rua, não acender fósforos nem usar lanternas. Não correr no escuro quando ouvir o alarme aéreo. Pensar primeiro a onde quer ir e como lá chegará, mantendo a sua direita, de acordo com a mão.

A partir dessas orientações, diferencia-se o blackout rotineiro, que deveria ocorrer todas as noites, daquele “de alarme”, característico dos treinamentos antiaéreos noturnos, que só viriam a ter início na capital no ano seguinte, quando as luzes passaram a ser totalmente apagadas. Com essa divulgação, o governo demonstrava preocupação com a obediência das medidas de defesa passiva, fosse pelo temor aos ataques ou pela tentativa de aumentar o controle sobre a população através da intensificação das regras, como indica Assis (2016). A ideia de uma sociedade supostamente ordeira e submissa às normas estatais era apresentada pelos meios de comunicação, encaixando-se no autoritarismo do Estado Novo, como veiculou o *Folha da Manhã*, em 14 de setembro de 1942:

Tem sido digna de elogios a maneira disciplinar do público de nossa capital que vem obedecendo

rigorosamente às normas dos blackouts verificados nas últimas noites. Na hora em que as luzes se apagam, todas as famílias cômicas dos seus deveres conservam as suas residências durante a noite às escuras. Isto merece de nossa parte aplausos.

Sob essa perspectiva, os cidadãos sujeitos às ordens eram tidos como exemplos a serem seguidos, alinhados à moral, numa tentativa de induzir os demais a agirem de tal maneira, a imagem de um povo obediente era vendida pelo Estado. Contudo, essa não era a realidade de todos os habitantes da capital, pois:

Infelizmente para quebrar a harmonia, para contrariar a ordem, surgem, de vez em quando, pessoas, que não sabem, ainda, ou não querem compreender a responsabilidade do momento e desrespeitam as ordens superiores. Ontem, certa pessoa de nossa redação presenciou um fato que merece ser apontado às autoridades competentes a fim de que sejam tomadas as providências que requer. Moradores do prédio à rua de Santo Amaro, esquina da Praça Olímpio Campos, desrespeitaram as ordens para as noites do blackout. Às 22 horas, isto é, quando a cidade já dormiu e as luzes das ruas estavam apagadas, os moradores do referido prédio (andar superior) conservaram suas luzes acesas, cujo clarão era percebido de longe. O guarda civil, no desempenho de sua missão, para sanar tamanha falta, aproximou-se do referido prédio e procurou observar os moradores, pedindo que apagassem depois as luzes pois aquilo assim estava contrariando as normas do Blackout. A resposta que o filósofo morador teve para dar ao paciente guarda foi a seguinte: estou me preparando para dormir, depois apagarei. Minutos depois eram apagadas as luzes para logo serem de novo acêsas. Lamentamos procedimentos deste jaez, mormente numa hora como esta em que se deve levar a sério as ordens emanadas dos poderes superiores. Quem não obedece nas coisas pequenas, dificilmente obedecerá nas grandes...”

Pelo que se pode inferir, a população não seguia obedientemente as normas impostas como era veiculado, mas tinha um papel ativo ao desobedecê-las quando era conveniente (e viável) aos seus próprios interesses. Embora o jornal exponha essa desobediência, a trata como um caso isolado, valorizando a imagem geral de uma sociedade ordeira, que já dormia às 22 horas, algo que não condiz com a realidade de vida noturna ativa nos bares e cabarés, como expõem Cruz e Maynard^{xi} (2011). Assim, escolhia-se qual parte da cidade era interessante mencionar nas notícias para manter a imagem de disciplina e ordem cara ao Estado Novo, bem como a valorização das autoridades públicas, representadas na figura do guarda. Diante disso, a intenção do periódico não era expor a desobediência em geral, mas usar esse caso como exemplo para reforçar a necessidade de ordem diante da possibilidade de ataques, sendo preciso seguir as medidas do governo no dia a dia para estar preparado em caso de futuras agressões do Eixo.

Além dessa desobediência direta ao apagamento das luzes, havia aqueles que usavam da escuridão para fugir do controle estatal e social, como as suspeitas reuniões integralistas na Zona da Draga, que, embora não comprovadas, indicam uma possibilidade de uso desses blackouts para fins contrários aos interesses do Estado. A falta de luz modificava a forma da população se relacionar com o espaço, os meios de locomoção e as atividades que desenvolviam nele, de modo que o povo não seguia passivamente essa medida, mas agia diante dela em resposta ao autoritarismo estatal.^{xii} Mesmo com as tentativas de controle, a população conseguia driblar essas imposições recorrendo à astúcia, definida por Certeau^{xiii} como escolhas de quais operações seguir diante das regras impostas. Assim, a escuridão implantada pelo Estado enquanto norma era subvertida pelos interesses dos cidadãos e até mesmo usada como vantagem para aqueles que se aproveitavam dela para transitar sem serem vistos.

As orientações da Comissão de *blackout*, veiculadas no *Diário Oficial* no mês de setembro reafirmam a recorrência dessa desobediência, pois “a propósito das inobservâncias verificadas ficou deliberado que aos faltosos será cortada a ligação”, indicando que não eram casos isolados como a reportagem do *Folha da Manhã* fazia parecer, haja vista que foi preciso uma ação punitiva por parte do governo numa tentativa de aumentar a efetividade da norma. Para além da sanção, o aviso orienta sobre novas regras para o *blackout*: “a partir de hoje, o aviso para o escurecimento absoluto será dado com o apagamento rápido durante 3 vezes seguidas, de todas as luzes no interior das residências, a fim de que todos tenham conhecimento do início do *black-out*”.

Esse esforço em tornar mais evidente o início do escurecimento, de modo que todos pudessem perceber, também indica um meio do governo para aumentar a adesão à medida. A necessidade dessas iniciativas, tanto através da punição quanto do esclarecimento do horário, reforça a ideia de que parte da população não seguia as orientações de *blackout*, sendo preciso aprimorar os mecanismos de imposição.

O escurecimento compulsório seguiu sendo uma realidade na capital, apesar dos descumprimentos, até outubro, quando a medida passou por um período de suspensão, conforme noticiou o *Correio de Aracaju* no dia 24: “Segundo nos comunicou a Chefatura de Polícia, fica suspenso o ‘*blackout*’ que se estava atuando neste Estado”. Sem expor os motivos da decisão, o Governo reafirmou a orientação no *Diário Oficial* da mesma data ao comunicar a volta das aulas supletivas noturnas, “tendo sido suspenso o *blackout* a que estava submetida a cidade”. Assim, a população não teve mais necessidade de apagar as luzes durante a noite, mas isso durou um curto período. Ainda no dia 28 de outubro o *Correio de Aracaju* transmitia o aviso da Comissão:

A população de Aracaju deve ficar prevenida para a hipótese do apagamento das luzes. Logo que a autoridade superior determine, as luzes devem ser apagadas de maneira a não serem percebidas do exterior. Dentro em breves dias, serão feitos exercícios de "blackout". Convém que todos fiquem vigilantes.

A partir disso, a suspensão não representou uma ruptura com a vigilância estatal, mas apenas uma pausa pontual no escurecimento, que logo voltou a ser imposto pelo governo sob a justificativa de segurança da cidade. No ano seguinte, o foco das autoridades passa a ser o apagamento das luzes no litoral. Tendo em vista a continuidade de ataques a navios mercantes, como foi o caso do Bagé, torpedeado no fim de julho, quase um ano após as primeiras embarcações vitimadas, a Diretoria Regional de Defesa Passiva orientou em 25 de agosto:

Os habitantes da orla marítima fronteira ao mar alto, os moradores das ruas transversais às praias, até 1 quilômetro das mesmas, os das ruas paralelas e das zonas altas cujos edifícios sejam visíveis do mar, devem providenciar, imediatamente, o apagamento ou proteção conveniente, das luzes exteriores, com pintura ou dispositivos especiais, impedindo-as que sejam vistas do mar alto;

Diante disso, a iluminação de pontos próximos à região costeira passou a ser ainda mais fiscalizada, ampliando a vigilância não só às residências, mas também a "todos os anúncios luminosos e vitrines", aos veículos que transitavam pela área e aos fogos de artifício. Embora a Diretoria indicasse o motivo das medidas serem "unicamente, a nossa proteção, uma vez que as nossas praias já foram manchadas com o sangue dos nossos irmãos, vilmente assassinados pelos asseclas do 'Eixo'", elas serviram também para controlar mais atividades dos cidadãos, modificando suas relações com o espaço escurecido. Ao fim do comunicado, a imagem do sergipano disciplinado é reivindicada, para que "não

seja necessário aplicar os dispositivos da Lei Federal n. 12.628”, legislação essa que previa multas de até Cr\$1.000,00 àqueles que infringissem as determinações e até Cr\$10.000 para as empresas e edifícios que não seguissem as normativas legais.

A necessidade de evocar medidas punitivas para exigir o cumprimento, só reforça a hipótese de que, talvez, essa sociedade não fosse tão ordeira quanto se pretendia transmitir. Assim, o medo, fosse do Eixo ou das penalizações estatais, era usado como instrumento para impor a ampliação do escurecimento nas faixas litorâneas.

Alguns meses depois, em novembro, com a diminuição do perigo nas costas, a Diretoria anunciou a redução das medidas de escurecimento, devendo ser “restabelecida iluminação normal nas casas residenciais”. Isso não significou o fim da vigilância do Estado Novo, que continuou a ser exercida por outros meios, mas uma resposta ao cenário de guerra, com a diminuição da atividade dos submarinos alemães no Atlântico Sul, na medida que, segundo Cabral (2013), a campanha antissubmarino dos Aliados ganhou força ao longo de 1943.

Desse modo, os blackouts programados transformaram o cotidiano da população aracajuana, que teve suas práticas noturnas modificadas pela escuridão impositiva durante a guerra. Ainda que essa medida fosse legitimada pela necessidade de defesa passiva, também foi um mecanismo de vigilância do Estado Novo. Apesar de imposta pelas autoridades, o povo não a acatou passivamente, fazendo usos diversos e até mesmo contrários aos interesses governamentais do ambiente escurecido.

Os treinamentos de alerta aéreo na capital de Sergipe

O alarme aéreo é dado antes da chegada dos aviões de modo que haja tempo para se procurar lugar seguro sem correrias. Muito mais perigoso do que uma bomba é uma onda de pânico. Quem estiver em casa deve

procurar os seus abrigos. Ninguém deve espiar nas janelas. Antes de ir para os abrigos, devem apagar o fogo e levar comida para lá. Cada um tem o seu lugar marcado e ninguém abandonará o abrigo antes de haver terminado o alarme.

Eram essas as orientações divulgadas pelo *Correio de Aracaju* no dia 25 de agosto de 1942, descrevendo o funcionamento do exercício de alerta, uma das medidas de defesa passiva implantadas em Sergipe. As simulações eram uma forma de preparar o povo para um possível ataque aéreo inimigo, pois ainda naquele mês a agressão marítima havia se materializado. Com a indicação de abrigos e de regras do que fazer diante de um bombardeio, os treinamentos almejavam ensinar a como se proteger para evitar maiores danos. Assim como os blackouts, essa medida também era usada pelo governo para exercer controle, difundindo a necessidade de obediência e disciplina, como construído pela notícia acima, pois a maior aversão das autoridades era ao pânico, perigoso à manutenção da ordem. Isso foi reforçado no aviso da Diretoria Regional de Defesa Passiva, veiculado em 20 de fevereiro de 1943:

O treinamento é ensaio; porém um ataque desencadeado por avião adverso é realidade! Portanto, os que agem num exercício sem receio, com calma, com ordem e disciplina, estão aptos para enfrentar serena e desassombradamente, todo e qualquer perigo oriundo de ataques aéreos

Ao longo das instruções fornecidas pelo órgão e veiculadas nos jornais, a disciplina era exaltada, indicando o quão estratégica ela era para o Estado, que buscava controlar a população explorando o medo dos ataques, algo que, embora justificado, também era incentivado para legitimar a vigilância. Ao mesmo tempo em que fornecia lições para os treinamentos, esses avisos reforçavam os valores do Estado Novo, ressaltando a obediência ferrenha como demonstração de um

cidadania ordeira, conforme expôs a Diretoria na mesma data: “APRENDÊ-LOS, CONSERVÁ-LOS NA MEMÓRIA E EXECUTÁ-LOS NO MOMENTO OPORTUNO, CONSTITUI A MELHOR DEMONSTRAÇÃO DE PATRIOTISMO!”. Desse modo, os treinamentos não eram somente uma forma de preparação para ameaças inimigas, mas também um instrumento de controle e propaganda do próprio Estado brasileiro.

Ao longo do mês de fevereiro, os jornais veiculavam lições sobre como devia-se proceder durante os alertas, quais os sons que indicavam seu início e fim, bem como os prédios designados como abrigo. No dia 02 de março, Aracaju foi palco da primeira simulação de ataque, segundo o *Folha da Manhã*:

Espetáculo inédito entre nós, o exercício de alarme aéreo diurno, realizado ontem, foi como que uma eficiente preparação moral e material da nossa população para os fatos reais da guerra, que não dão margem a otimismo comodistas. Os Aracajuanos começaram assim a ter noção exata do que sejam as graves necessidades do momento e as reações reclamadas pela manutenção da honra de povos livres, que nos prezamos em ser. E todos cooperaram, proveitosamente, com Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, demonstrando sempre apreciáveis condições psicológicas e elogiável senso de disciplina. Ninguém discrepou; os aracajuanos portaram-se à altura das excepcionais contingências da situação, o que é assaz animador. Por outro lado, a Diretoria Regional de Defesa Passiva Anti-Aérea, que tem como seu precípua animador o Cel. Bernardino Dantas, desenvolveu um intenso trabalho no sentido de entrosar a população com aquele importante serviço.

A partir disso, também nas notícias sobre os treinamentos a ênfase está na necessidade de obediências às normas governamentais, difundindo a ideia de uma sociedade alinhada a essas regras, o que não era compatível com a realidade, haja vista as reclamações de descumprimento que seriam veiculadas nos periódicos futuramente. Além disso, o papel das autoridades na organização

e exercício do treinamento foi exaltada pelo repórter para enaltecer as ações do Estado. Ainda no dia 02, o *Correio de Aracaju* publicou sua versão dos acontecimentos, também focando na importância de cumprir as determinações e numa imagem positiva do treinamento, visto que “a população portou-se obediente às instruções, guiada por guardas incumbidos da direção do serviço de abrigo”, além de indicar como o exercício foi organizado:

Postos de defesa foram instalados no terraço de prédios, protegendo possíveis pontos visados pela aviação atacante (...) Os sinos repicaram em sinal de avião à vista, enquanto um aparelho da Força Aérea Brasileira, comandado pelo aspirante Perdigão, evolucionava sobre a cidade e descia em vôo piquete sobre os objetivos visados, passando outras vezes em posição de metralhar as posições. Dos postos de defesa, imediatamente crepitar as metralhadoras.

O registro informa que vários setores eram envolvidos nos treinamentos, desde aviadores, socorristas e bombeiros, com ação ativa na simulação, até a população, cuja tarefa era aprender como se proteger diante de um bombardeio. Apesar da rica descrição dos exercícios e da seriedade das lições, esses alertas eram simulações, de modo que os alvos não eram metralhados de forma literal, os danos aos edifícios não eram reais e as bombas, ao menos nesse primeiro treinamento, eram sacos de areia. Por esse motivo, após descrever o cenário de bombardeio, a reportagem do *Folha da Manhã* finaliza: “O repórter olhou em torno, caiu na realidade e não teve outro jeito senão exclamar: ‘Tudo como Dantes no quartel de Abrantes!’”.

Embora fosse um ataque simulado, bombas reais passaram a ser usadas a partir do segundo treinamento, realizado em 06 de abril, ainda que diferentes das usadas em guerra, pois eram feitas para serem menos danosas. Conforme nota da Diretoria Regional de Defesa Passiva e Antiaérea sobre as inovações do

segundo alerta veiculada no Correio de Aracaju em 13 de março, “muito embora fossem as anteriores representadas por pequenos sacos de areia, no entanto as futuras serão reais; não das usadas pelas Forças Armadas, mas, são elas de fabricação especial e podem estabelecer o pânico entre os descuidados”, indicando a mudança no padrão das bombas. Tendo em vista ser um órgão oficial, que fornecia as orientações de forma objetiva, possivelmente não se tratava de mais um elemento simulado, mas de uma medida que devia aumentar a atenção da população, como corrobora o relato do memorialista Murilo Melins: “Dentre o grupo vulnerável, encontravam-se mulheres, crianças e idosos, diferentemente do exercício anterior em que haviam sido representados por pequenos sacos de areia”^{xiv} (p. 299). Assim, os treinamentos passaram a exigir maior cuidado dos habitantes da capital, o que não significou a completa obediência às determinações.

Além da inovação em relação às bombas, esse alerta ampliou a área de atuação, indo além da zona central e envolvendo também os bairros Industrial, Siqueira Campos e Santo Antônio, conforme a mesma nota do dia 13 de março. Isso expõe a preocupação em treinar mais pessoas para possíveis ataques, mas ao mesmo tempo aumentava a área de vigilância do Estado, uma vez que os cidadãos deviam seguir fielmente o ordenado pela Diretoria, como expõe a terceira lição para o segundo treinamento, veiculada pelo *Correio* no dia 22:

Sem disciplina não há ordem e sem ordem nada se poderá conseguir num momento em que a tendência dos fracos é deixasse dominar pelo desespero. (...) Obedecer, pois, sem discutir, às prescrições emanadas dos órgãos responsáveis pela defesa passiva local é cooperar eficazmente com elas, em benefício da proteção de todos... Consequentemente, obedecer! obedecer sem recalcitrar, pois que qualquer desobediência pode gerar consequências irremediáveis.

Diante disso, a importância da norma era constantemente reafirmada nas lições, retiradas do livro “Alerta” veiculado pela Diretoria de Defesa Passiva em nível nacional, e avisos sobre a defesa passiva, de modo que os treinamentos tinham mais de uma função, a oficial, de preparar o povo, e a de atuar como mecanismo de imposição da ordem pelo Estado. Assim, o medo de possíveis ataques era usado como forma de legitimar esse controle, na medida que temer era necessário para motivar as orientações, mas se deixar levar pelo medo era perigoso à manutenção dessa disciplina cara ao governo autoritário.

Em contraposição aos interesses das autoridades, a desobediência às lições era uma realidade na capital. Assim como os blackouts, os alarmes de alerta também eram descumpridos pelos aracajuanos, que se mostraram astutos sempre que o cenário se configurou viável para exercer papéis ativos na escolha diante das normas a eles impostas, conforme indica o aviso para o primeiro exercício noturno divulgado pelo *Correio de Aracaju*, em 17 de maio, ao alertar “que as falhas verificadas nos outros exercícios diurnos, não mais se repitam compenetrando-se todos da necessidade imprescindível de aplicar os ensinamentos contidos das LIÇÕES publicadas diariamente pela imprensa desta capital”. Ainda que o objetivo da nota fosse pedir a cooperação do povo, ela evidencia que nem todos cumpriam as determinações, como as reportagens sobre os primeiros treinamentos faziam parecer. Na nota que informa a data do alerta noturno, programado para 18 de maio de 1943, publicada no dia 11 pelo *Folha da Manhã*, também há indícios de que nem toda a população acreditava na necessidade dos exercícios, pois:

Os descrentes, aqueles que não acreditam na possibilidade de um ataque aéreo lançado por aviões isolados, partindo de submarinos do “Eixo” que infestam o Atlântico, permaneçam calmos e prevenidos, cumprindo rigorosamente as prescrições estabelecidas

pelo Decreto-Lei Federal n. 4.098, de 6 de fevereiro de 1942 e apliquem o contido nas LIÇÕES publicadas diariamente nos jornais desta Capital, a fim de que esta Diretoria possa constatar com alegria e satisfação que todos estão integrados na realidade brasileira (...)

Ainda que pretendesse exaltar a necessidade de integração e um sentimento patriótico, a autoridade responsável admite que não havia cumprimento das determinações pelo povo aracajuano, e até que alguns não acreditavam na possibilidade de ataques, o que explica a constante referência ao medo nas lições, já que era uma forma de aumentar a crença na importância dos treinamentos.

Mesmo diante desses descumprimentos, o primeiro alerta noturno ocorreu na capital, tendo sido considerado pelo *Folha da Manhã*, em sua edição do dia 19, como “o mais perfeito realizado em Sergipe”, algo que não está totalmente de acordo com a versão do *Correio de Aracaju*, publicada no dia 20:

Salvos pequenos senões, logo corrigidos, verificados no black-out, em algumas casas domiciliares e em duas comerciais, bem assim as de vários grupos de pessoas imprudentes que se postavam nas suas portas ou esquinas, podemos constatar que o primeiro exercício de alarme noturno satisfaz perfeitamente à expectativa de quantos se interessam pela eficiência dos serviços de defesa passiva e anti-aérea e muito principalmente a dos responsáveis pela sua boa organização em nosso Estado.

Ainda que os dois ressaltem o sucesso do alerta e eficiência das autoridades em sua execução, não se pode ignorar que não eram poucos aqueles que descumpriam as normas de reclusão nos abrigos. Afinal de contas, “vários grupos” permaneciam na rua, ignorando as orientações de alerta. Assim, tanto nos exercícios diurnos quanto noturnos, a desobediência atravessava a capital, mas a partir de maio a escuridão passou a fazer parte dessa simulação, mudando

as formas de lidar com o espaço. Essa não foi a única inovação dos alertas noturnos, mas também a duração, pois exercícios que pelo dia duravam cerca de trinta minutos passaram a ser executados durante uma hora. Segundo a Diretoria Regional de Defesa Passiva, em publicação do Correio de Aracaju no dia 17, isso se dava

tendo em vista a sua dupla finalidade: primeiro, constatar a conduta dos cidadãos, em casa, na rua, nos veículos, e, finalmente, a ação dos elementos instruídos e matriculados nesta Diretoria para os diferentes Serviços, como sejam: Sanitário, Polícia, Bombeiros e Alertadores (...)

Diante disso, o treinamento não era só da população, mas daqueles que estavam envolvidos na execução do alerta, indicando a preparação de vários setores para um possível ataque. No segundo exercício noturno, realizado em 18 de junho de 1943, essa mudança na duração ficou mais evidente, pois o alerta durou duas horas, além da ampliação da área de execução, de acordo com o Folha da Manhã: “Hoje, conforme foi amplamente anunciado pela imprensa e pelo rádio, verificar-se-á, das oito às dez horas da noite, mais um exercício de alerta noturno. Desta vez será total o ‘blackout’, isto é, abrangerá toda a cidade”. Isso também significa que todas as luzes residenciais deviam estar apagadas, não apenas escondidas da vista externa, como ocorria nos blackouts parciais. Para além das ações durante o alerta, as lições indicavam como se portar após o fim do alarme, em especial em relação aos produtos químicos, conforme comunicado veiculado pelo periódico no dia 17:

Ninguém deverá tocar em qualquer objeto suspeito de estar contaminado pelos agressivos, senão calçado com luvas impermeáveis. Ninguém deverá comer ou beber senão os alimentos que, como medida de precaução, tenham sido previamente guardados em recipientes hermeticamente fechados.

Dessa maneira, o objetivo era simular um ataque em vários aspectos, tanto diretamente pelas bombas, quanto a guerra química característica do conflito mundial. Essas modificações nos alertas ocorreram por se tratar de um treinamento nacional, programado para acontecer em todas as capitais de modo uniforme, conforme nota veiculada pelo *Correio de Aracaju* em 10 de junho. A partir disso, a fiscalização da Diretoria Nacional se faria presente nesse exercício, sendo preciso construir uma imagem positiva da autoridade regional. Por essa razão, o comunicado segue pedindo que “as falhas verificadas no Exercício anterior, não mais se verifiquem”, demonstrando que o primeiro alerta noturno não foi tão bem sucedido como veiculado inicialmente. Apesar dos avisos, esses descumprimentos permaneceram no segundo alerta, pois:

Como se vê, o segundo exercício de alerta noturno nesta capital foi coroado de êxito, dispensando-se a imperícia de poucos indivíduos que não souberam se comportar como manda o regulamento, pois o primeiro exercício noturno não abrangeu as zonas onde eram moradores.

A reportagem da *Folha da Manhã* em 19 de junho deixa implícito que o comportamento dos habitantes da capital não estava totalmente alinhado com as expectativas do governo, mas tenta suavizar essa desobediência apresentando uma justificativa, tendo em vista a necessidade de construir uma imagem positiva do exercício. Por outro lado, o *Correio de Aracaju*, embora também alinhado com essa perspectiva, anuncia a desobediência de forma mais direta: “Em algumas ruas, como nas de João Pessoa, Vitória e Bonfim, foi feito o emprego de ‘gazes lacrimojantes’ para dispersar alguns grupos de pessoas que, em princípio advertidos, desobedeceram às instruções recebidas”. Na visão desse jornal, as pessoas não seguiam as orientações por escolha e não porque foram desavisadas, o que corrobora com um caráter mais ativo dessa população. Além

disso, pode-se perceber a coerção do Estado na medida que os desobedientes sofriam não só com as multas veiculadas nas lições, mas também com a repressão física.

Diante disso, os exercícios de alerta aéreo, assim como os *blackouts*, tinham dupla intenção. Por um lado, as simulações deveriam preparar a população para um cenário de guerra, ameaça que se tornou mais próxima com os torpedeamentos de agosto de 1942, ao mesmo tempo que, tanto nos preparativos quanto nos treinamentos em si, o Estado brasileiro esperava promover maior controle sobre as massas urbanas. Essa tentativa de vigilância não significa que todos os elementos da vida estavam sujeitos a ela, pois a documentação indicia repetidamente outro cenário: sempre que possível, o povo exerceu papel ativo na escolha de quais regras seguir e nas formas de driblar o autoritarismo do Estado, fosse durante as simulações de ataque ou nas práticas cotidianas noturnas.

Considerações

A partir da pesquisa, podemos perceber o impacto dos torpedeamentos de agosto de 1942 no dia a dia da população aracajuana. A crueldade do ataque e sua proximidade da costa chocaram os habitantes da capital, na medida em que a população vivenciou o horror da chegada de corpos e, em alguns casos, o que restou deles, na sua até então calma paisagem litorânea. Junte-se a isso, as diversas histórias de terror sobre os ataques contadas pelos sobreviventes recebidos nos hotéis, hospitais e residências da cidade logo se espalharam.

Nossas fontes privilegiadas, os jornais, nos permitiram compreender como a população reagia a esse cenário de guerra, além de informar sobre as transformações impostas ao cotidiano. A escolha das notícias e os silenciamentos presentes nessas fontes indicam sua subjetividade e os interesses de seus

proprietários, assim como a censura revela a preocupação estatal com as informações veiculadas.

Através dos blackouts e treinamentos de defesa passiva, foi possível observar as maneiras que o governo tentava controlar a vida da população e as formas de resistência dos cidadãos a essa vigilância. Ainda que as medidas fossem legitimadas pela defesa diante da guerra, também eram um caminho para o Estado se manter presente nos vários aspectos do dia a dia. A obrigatoriedade de apagar as luzes e de estar atento durante as simulações de ataque impactaram diretamente o cotidiano dos aracajuanos, mudando suas relações com o espaço, demonstrando seu papel ativo na escolha de quais normas seguir diante de um contexto de vigilância constante.

Por fim, a violência e as infrações à lei revelam uma cidade não tão calma e tranquila quanto difundido pelas autoridades, mas um ambiente marcado por tensões, onde conflitos podiam eclodir facilmente. Assim, mesmo com as diversas normativas, a obediência não era predominante na capital sergipana, com habitantes ativos, que agiam em prol de seus próprios interesses, invertendo temporariamente a ordem de poder.

Notas

ⁱ O texto produzido no âmbito do Projeto Segunda Guerra Mundial no Nordeste Brasileiro: cotidiano e transformação social, coordenado pelo Prof.Dr. Diltn C. S. Maynard e apoiado pelo EDITAL FAPITEC/SE/FUNTEC Nº 01/2024 – PROGRAMA DE AUXÍLIO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – UNIVERSAL.

ⁱⁱ MAYNARD, Diltn C. S. O Brasil sob ataque: Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial. In: SILVA, F. C. T. da. LEÃO, K. S. LAPSKY, I. CABRAL, R. FERRER, J. (Orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010. p. 509-538.

ⁱⁱⁱ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 112-153. p. 116.

^{iv} *Idem*.

^v DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural Francesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

^{vi} *Idem*, p. 16

^{vii} BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

^{viii} Silva Filho, 2021.

^{ix} Leite, 2021.

^x **CORREIO DE ARACAJU**, 27 de agosto de 1942, p. 1

^{xi} CRUZ, Débora Santos; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Os lugares do prazer: Prostíbulos, bares e outros espaços em Aracaju nos tempos da Guerra (1939-1945). In: MAYNARD, Andreza S. Cruz. MAYNARD, Dilton Cândido Santos (Orgs.). **Dias de luta**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011. p.87-114.

^{xii} *Idem*.

^{xiii} CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petropolis: Editora Vozes, 1998.

^{xiv} MELINS, Murillo. **Aracaju romântica que vi e vivi**: anos 40 e 50. 4 ed. Aracaju: Unit, 2011, P. 299.

Fontes

CORREIO DE ARACAJU, 18 de agosto de 1942, p. 1

CORREIO DE ARACAJU, 19 de agosto de 1942, p. 1 e 3

CORREIO DE ARACAJU, 18 de agosto de 1942, p. 1

CORREIO DE ARACAJU, 21 de agosto de 1942, p. 1 e 3

CORREIO DE ARACAJU, 19 de agosto de 1942, p. 1 e 3

CORREIO DE ARACAJU, 18 de agosto de 1942, p. 1

CORREIO DE ARACAJU, 30 de setembro de 1942, p. 4

CORREIO DE ARACAJU, 19 de agosto de 1942, p. 1

CORREIO DE ARACAJU, 19 de agosto de 1942, p. 4

CORREIO DE ARACAJU, 19 de agosto de 1942, p. 1 e 3

CORREIO DE ARACAJU, 19 de agosto de 1942, p. 2

CORREIO DE ARACAJU, 21 de agosto de 1942, p. 3

CORREIO DE ARACAJU, 27 de agosto de 1942, p. 1

CORREIO DE ARACAJU, 24 de outubro de 1942, p. 10

CORREIO DE ARACAJU, 28 de outubro de 1942, p. 4

CORREIO DE ARACAJU, 25 de agosto de 1943, p. 4

CORREIO DE ARACAJU, 24 de novembro de 1943, p. 4

CORREIO DE ARACAJU, 25 de agosto de 1942, p. 2

CORREIO DE ARACAJU, 20 de fevereiro de 1943, p. 4

CORREIO DE ARACAJU, 02 de março de 1943, p. 4

CORREIO DE ARACAJU, 13 de março de 1943, p. 4

CORREIO DE ARACAJU, 22 de março de 1943, p. 2

CORREIO DE ARACAJU, 17 de maio de 1943, p. 3

CORREIO DE ARACAJU, 14 de maio de 1943, p. 4

CORREIO DE ARACAJU, 20 de maio de 1943, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 17 de maio de 1943, p. 3
 CORREIO DE ARACAJU, 10 de junho de 1943, p. 2
 CORREIO DE ARACAJU, 19 de junho de 1943, p. 2
 CORREIO DE ARACAJU, 06 de março de 1933, p. 7
 CORREIO DE ARACAJU, 02 de julho de 1943, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 25 de junho de 1943, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 26 de dezembro de 1942, p. 2
 CORREIO DE ARACAJU, 03 de janeiro de 1944, p. 1
 CORREIO DE ARACAJU, 28 de dezembro de 1944, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 22 de dezembro de 1942, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 24 de maio de 1943, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 09 de agosto de 1943, p. 3
 CORREIO DE ARACAJU, 03 de dezembro de 1943, p. 2
 CORREIO DE ARACAJU, 28 de agosto de 1944, p. 2
 CORREIO DE ARACAJU, 21 de setembro de 1944, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 26 de fevereiro de 1943, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 11 de junho de 1943, p. 3
 CORREIO DE ARACAJU, 11 de novembro de 1944, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 14 de maio de 1943, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 07 de dezembro de 1942, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 07 de maio de 1943, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 21 de dezembro de 1944, p. 3
 CORREIO DE ARACAJU, 12 de dezembro de 1944, p. 4
 CORREIO DE ARACAJU, 15 de janeiro de 1943, p. 2

DIÁRIO OFICIAL, 25 de agosto de 1942, p. 10
 DIÁRIO OFICIAL, 11 de setembro de 1942, p. 5
 DIÁRIO OFICIAL, 24 de outubro de 1942, p. 2
 DIÁRIO OFICIAL, 22 de agosto de 1942, p. 2

FOLHA DA MANHÃ, 18 de agosto de 1942, p. 1
 FOLHA DA MANHÃ, 18 de agosto de 1942, p. 1
 FOLHA DA MANHÃ, 14 de setembro de 1942, p. 4
 FOLHA DA MANHÃ, 03 de março de 1943, p. 4
 FOLHA DA MANHÃ, 19 de maio de 1943, p. 4
 FOLHA DA MANHÃ, 11 de maio de 1943, p. 2
 FOLHA DA MANHÃ, 18 de junho de 1943, p. 1
 FOLHA DA MANHÃ, 17 de junho de 1943, p. 2
 FOLHA DA MANHÃ, 19 de junho de 1943, p. 4
 FOLHA DA MANHÃ, 12 de agosto de 1942, p. 4
 FOLHA DA MANHÃ, 30 de abril de 1944, p. 5

FOLHA DA MANHÃ, 16 de abril de 1944, p. 6

FOLHA DA MANHÃ, 22 de setembro de 1943, p. 1

O NORDESTE, 02 de agosto de 1939, p. 4

O NORDESTE, 18 de agosto de 1942, p. 1

Referências

ARAS, Lina Maria Brandão de; CRUZ, Luiz Antônio Pinto. Aracaju amedrontada: a ação do U-507 na costa sergipana (1942). In: PEDREIRA, Flávia de Sá (Org.). **Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial**. 2. João Pessoa: Ideia, 2021.

ASSIS, Raquel Anne Lima de. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. O fim do mundo começou no mar: os ataques do submarino U-507 ao litoral sergipano em 1942. **Navigator**, n. 17, p. 59-68, 2013.

ASSIS, Raquel Anne Lima de. Sergipe, 1942 e o ataque do submarino U-507: algumas notas sobre suas vítimas. In: MAYNARD, Andreza S. C.; BARBOSA, Caroline A.; MAYNARD, Dilton C. S. (Org.). **Segunda Guerra: Histórias de Sergipe**. Recife: EDUPE, 2013.

BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. O senhor dos anéis: o caso Nelson de Rubina e os desdobramentos da Segunda Guerra em Sergipe. In: MAYNARD, Andreza S. C.; BARBOSA, Caroline A.; MAYNARD, Dilton C. S. (Org.). **Segunda Guerra: Histórias de Sergipe**. Recife: EDUPE, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Decreto nº 12.628, de 17 de junho de 1943. Regulamenta a execução do decreto-lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12628-17-junho-1943-461366-publicacaooriginal-1-pe.html>.

CABRAL, Ricardo Pereira. O Atlântico, a defesa hemisférica e a Segunda Guerra Mundial. In: ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. LEÃO, Karl Schurster de Sousa. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). **Atlântico: A história de um oceano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional- estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petropolis: Editora Vozes, 1998.

CRUZ, Débora Santos; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Os lugares do prazer: Prostíbulos, bares e outros espaços em Aracaju nos tempos da Guerra (1939-1945). In: MAYNARD, Andreza S. Cruz. MAYNARD, Dilton Cândido Santos (Orgs.). **Dias de luta**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011. p.87-114.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **“A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942-1945)**.2012. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural Francesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Extremes**: A History of the World, 1914-1991. New York: Pantheon Books, 1994.

LOCHERY, Neill. **Brazil**: The Fortunes of War, World War II and the Making of Modern Brazil. New York: Basic Books, 2014.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 112-153.

MAYNARD, Andreza S. C. A Guerra do “pão de ouro”: a variação dos preços de alimentos em Aracaju (1939-1945). In: MAYNARD, Andreza S. C. BARBOSA, Caroline A. MAYNARD, Dilton C. S. (Org.). **Segunda Guerra: Histórias de Sergipe**. Recife: EDUPE, 2013. p. 120-140.

MAYNARD, Andreza S. Cruz. Grandiosa matinal, vespéral e elegantíssima soirée: o cinema e a Segunda Guerra em Aracaju. In: MAYNARD, Andreza S. C. MAYNARD, Dilton Cândido Santos **Dias de luta**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011. p.39-62

MAYNARD, Dilton C. S. "As feias têm direito à felicidade": Aracaju e a apologia corporal. In: MAYNARD, Andreza S. Cruz. MAYNARD, Dilton Cândido Santos (Orgs.). **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.p.57-76.

MAYNARD, Dilton C. S. Bares, cafés e pinga-pus na Aracaju dos tempos de guerra. In: MAYNARD, Andreza S. Cruz. MAYNARD, Dilton Cândido Santos (Orgs.). **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013. p.77-90.

MAYNARD, Dilton C. S. O Brasil sob ataque: Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial. In: SILVA, F. C. T. da. LEÃO, K. S. LAPSKY, I. CABRAL, R. FERRER, J. (Orgs.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010. p. 509-538.

MELINS, Murillo. **Aracaju romântica que vi e vivi**: anos 40 e 50. 4 ed. Aracaju: Unit, 2011.

PEDREIRA, Flávia de Sá (Org.). **Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial**. 2. João Pessoa: Ideia, 2021.

PROST, A. e VICENT, Gerárd (orgs.). **História da Vida Privada 5: da Primeira Guerra aos nossos dias**. SP: Cia da Letras, 1992.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. O significado do botequim. In: BERLINK, Manoel tosta et alli. **Cidade: usos e abusos**. SP: Brasiliense, 1978. p. 77-114.

Recebido: 17/09/2025

Aprovado: 28/10/2025

Publicado: 19/11/2025